

# adunicamp ESPECIAL

## Prestação de Contas da Diretoria



### 1 - SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Este ano com o qual a atual Diretoria encerra seu mandato foi marcado por fatores que afetam profundamente a vida da nossa Entidade, da UNICAMP e do país. É bastante evidente a degeneração dos nossos salários e, ao mesmo tempo, a falta contínua de verbas mantém a UNICAMP muito aquém das reais necessidades tanto de seu funcionamento atual quanto de uma política de expansão do ensino e da pesquisa em vistas das necessidades também crescentes da sociedade brasileira. Este é um dos aspectos da crise econômica que nos atingem diretamente.

No tocante aos salários, os resultados de nossa campanha foram negativos. Nossas reivindicações centrais não foram atendidas pelo Governo Monitoro, a saber: reajuste que cobrisse a inflação (100%) e início de uma recuperação das perdas anteriores (20%). Esta situação atinge o funcionamento do serviço público estadual de um modo geral, com o qual temos estado em campanha salarial permanente. A única reivindicação atendida pelo Governo foi a do "reajuste semestral". Deve-se ressaltar, entretanto, que a forma pela qual o Governo nos atendeu ainda está longe de garantir a recuperação semestral das perdas salariais. Ficou estabelecida, na verdade, apenas a periodicidade semestral dos reajustes, restando negociar os índices em cada caso.

De outro lado, o avanço aparente de algumas conquistas não-econômicas acha-se numa situação de impasse. A responsabilidade deve ser atribuída ao governo estadual, pois ao mesmo tempo em que concordava com a abertura de negociações após a fixação dos índices (e não antes, como seria o correto e o indispensável), o governo promovia o impasse ao exigir a presença na mesa de negociações de Entidades que não haviam participado da articulação dos dois Congressos do Funcionalismo realizados neste ano. O Governo repetiu a mesma dose agora em setembro, ao divulgar pelos jornais a decisão de não conceder o abono de 34%. Mais uma vez o fórum desta decisão não foi uma situação de negociação com o funcionalismo, mas uma situação de fato: a deliberação unilateral do Governo. Entretanto, parte das dificuldades cabe à própria articulação das Entidades do Funcionalismo, presentes ou não nos referidos Congressos, pois elas não conseguiram superar um baixo nível de coordenação e, alguns casos, de representatividade.

Ao lado da ADUNESP e da ADUSP, a ADUNICAMP procurou pressionar os órgãos de decisão governamental no sentido de uma solução favorável às nossas reivindicações, denunciando o estado calamitoso das nossas Universidades e de nossas condições de trabalho docente.

### 2 - O ESTADO ATUAL DE NOSSA ENTIDADE

2.1 - Neste ano não conseguimos resolver um problema perene desta gestão: o Conselho de Representantes. Ele deve ser examinado no contexto de uma crise de militância da ADUNICAMP e do crescente apelo à militância política ao nível da sociedade, cujo ápice se encontra em novembro de 1982.

2.2 - Desta maneira, coube à Diretoria e à Assembléia Geral a definição das linhas de atuação da Entidade. Em alguns casos, isto se processou sem maiores problemas. As propostas de reformas do Estatuto da UNICAMP, visando a institucionalização da universidade, foram deliberadas em reuniões amplas ligadas ao 1º Simpósio em setembro do ano passado. A Diretoria deu sequência ao que foi então decidido, numa situação de ne-



gociação com a Reitoria e aliada à presença da Representação Docente. Em outros casos foi praticamente impossível deliberar com mais do que poucas presenças em nossas Assembléias. Uma referência especial pode ser feita à questão da organização da CUT, através da articulação que responde por sua criação recente em São Bernardo ou por outra alternativa.

2.3 - Apesar destes fatores, há alguns aspectos positivos que devem ser examinados.

(A) Em primeiro lugar, a ADUNICAMP é hoje, mais do que o foi anteriormente, reconhecida como interlocutora legítima e indispensável no processo de institucionalização, que é certamente a questão mais relevante na UNICAMP, no momento. Em segundo lugar, a Entidade tem um papel e um espaço igualmente reconhecidos ao nível da vida política e sindical de Campinas, rompendo um isolamento que perdurava há muitos anos. Em terceiro lugar, a ADUNICAMP continua a cumprir um papel de destaque no enraizamento definitivo da ANDES no movimento docente ao nível nacional, tendo contribuído para que a ANDES se tenha tornado um dos referenciais importantes da sociedade civil no tocante à universidade brasileira. Sobretudo na luta pela universidade pública, pelo ensino público e gratuito em todos os níveis e pela democratização da universidade. Em quarto lugar, a ADUNICAMP tem participado do FORUM DAS UNIVERSIDADES PAULISTAS, que procura representar os interesses de docentes, estudantes e funcionários ao nível do nosso Estado.

(B) A ADUNICAMP continua sendo a Entidade de todos os docentes. Esta Diretoria combateu tendências exclusivistas no interior do corpo docente, que haviam sido acirradas durante a crise da Intervenção. Mais do que em outros períodos, embora menos ainda do que o necessário, a ADUNICAMP estabeleceu um vínculo estreito com os campi de fora de Campinas, integrando os nossos colegas da FEL e FOP no processo de debates e deliberações sobre a institucionalização. Em boa medida isto se deve à orientação democrática da DIRETORIA no sentido de superar velhas divisões que, com a experiência da luta conjunta contra a violência da intervenção malufista, tornaram-se mais superficiais do que verdadeiras. Trata-se de um resultado a ser preservado.

Este aspecto favorável não pode ser explorado como deveria em razão de dificuldades vividas no interior da Diretoria, que foi igualmente afetada pelos re-arranjos verificados na saída da crise da Unicamp.

(C) Não sofreu qualquer solução de continuidade a participação da ADUNICAMP na luta pela democratização do país. A título de exemplo, a DIRETORIA manifestou-se inúmeras vezes, junto às autoridades federais, contra a ameaça de aplicação (ou contra a aplicação efetiva) da Lei de Segurança Nacional e contribuiu com sua pequena força para a realização do anseio nacional de revogação desta lei.

Campinas, 14 de setembro de 1983

A DIRETORIA



A D U N I C A M P

DEMONSTRAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS LEVANTADO EM 31.08/83

RECEITA DO PERÍODO..... 6.994.015,15

DESPESAS:

FIXAS:

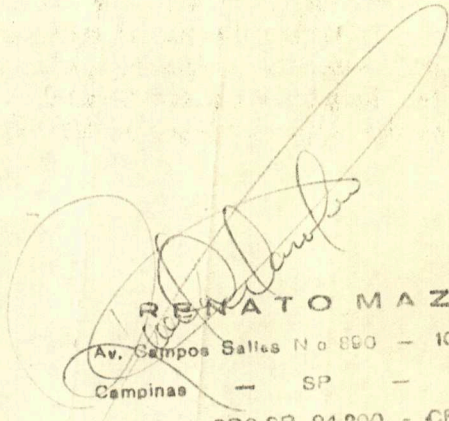
SERVIÇOS PROFISSIONAIS PRESTADOS	821.007,99	
ÁGUA, LUZ, TELEFONE	315.940,20	
VERBAS TRABALHISTAS	1.268.370,83	
DIVULGAÇÕES	120.000,00	
ENCARGOS SOCIAIS	739.276,61	
MATERIAIS DE CONSUMO	527.183,00	
MANUTENÇÃO E CONSERV. DE MÁQUINAS	<u>24.258,00</u>	3.816.036,63

VARIÁVEIS

CONTR. A OUTRAS ENTIDADES	128.000,00	
DESPESAS C/ VIAGENS	1.483.085,00	
DESPESAS DIVERSAS	<u>476.899,00</u>	2.087.984,00

SUPERÁVIT DO PERÍODO..... 1.089.994,52  
6.994.015,15

CAMPINAS, 08 DE SETEMBRO DE 1.983.

  
**RENATO MAZOLINI**  
Av. Campos Salles No 890 - 10.º Andar Cj, 1001  
Campinas - SP - Telefone 8-8459  
Téc. Cont. CRC-SP, 94.200 - CPF, 773.378.248-15



